

Memória, História e Poder

João Miguel Teixeira de Godoy*

Resumo: analisar e explicitar dimensões não previstas, presentes no exercício de reconstituição histórica, que as relações entre memória coletiva, historiografia e poder guardam a partir do estudo de um conjunto de obras que elaboradas sobre a cidade de Campinas, desde o início do século XX até o momento atual, passando por tradições mais memorialísticas de início, próxima da erudita em determinados momentos, até a produção elaborada no interior das universidades atualmente.

Palavras chaves: Historiografia, memória, Campinas

Abstract: to analyze and to explicitar not foreseen dimensions, gifts in the exercise of reconstitution historical, that the relations between collective memory, historiografia and power keep from the study of a set of workmanships that elaborated on the city of Campinas, since the beginning of century XX until the current moment, passing for memorialísticas traditions of beginning, next to the scholar in determined moments, until the production elaborated in the interior of the universities currently.

Keywords: Historiografia, Memory, Campinas

Quais são as demandas que estão presentes no momento em que o historiador desencadeia o processo de seu trabalho? . Em primeiro lugar deve ser considerado as brechas que a própria dinâmica social cria permitindo uma espécie de “vazamento” do passado no presente. Não seria esse o mecanismo propiciador das permanentes releituras e reescritas da história, onde o fato histórico, como “fenômeno total”, apenas revelaria progressivamente as virtualidades nele contidas, segundo Henri Lefebvre?(GLÉNISSON, 1983: 200). Nesse sentido, o presente é o local definidor das problemáticas orientadoras da pesquisa e do trabalho do historiador. Existe uma outra dimensão, igualmente importante, e que afeta o historiador, no desempenho de sua função específica, mas que também extrapola isso envolvendo questões que dizem respeito à função social desse profissional. Sabemos que toda

* Doutor em História Econômica História-USP, professor da PUC-Campinas.

sociedade cria mecanismos a partir dos quais ela define formas de lidar com seu passado. Pertencer a ela implica estar, de alguma forma, imerso nesse “sistema”, ou passado socialmente construído. O mesmo ocorre com os grupos nos quais vivemos e nos relacionamos, bem como com os valores e normas compartilhados. Mas essa formulação ainda é muito genérica. É necessário investigar sobre que aspectos ou pontos do passado um determinado grupo se debruça por considerá-los relevantes e a partir de que meios ou veículos ele chega até nós. Resulta disso, a definição de uma certa identidade social organizadora do modo como a sociedade encara e incorpora as mudanças e inovações, assim como fixa continuidades. O passado, ou mais precisamente a relação socialmente definida da qual ele participa, constitui uma dimensão constante da dinâmica das sociedades no interior da qual o trabalho do historiador se insere e reivindica sua legitimidade. A questão que se coloca para esse profissional, em primeiro lugar, é sobre o estatuto do passado, que não é o mesmo nas diferentes sociedades e traduz a maneira peculiar como o passado interfere na dinâmica do presente a partir de um sentido geral, muitas vezes difuso. Em segundo lugar, os meios e mecanismos a partir dos quais esse passado se institui. Antes do historiador iniciar seu trabalho, todo um conjunto de procedimentos e critérios de seleção incidiu sobre o material herdado e experiências precedentes, o qual chamaremos de memória. É necessário esclarecer desde já que entendemos memória não como uma forma distinta e antagônica a história. Como tentaremos esclarecer mais adiante, a história é uma forma específica de conformação da memória, mas existem outras. A natureza do trabalho do historiador e sua função específica define-se nesse território.

Gostaria de partir de um exemplo: o modo como as relações entre o estatuto do passado, as formas de memória e a história vem se desenvolvendo na reconstituição da trajetória da cidade de Campinas, no interior do Estado de São Paulo. O exemplo é pertinente porque desde pelo menos o início do século XX jornalistas, autodidatas e memorialistas vem desenvolvendo um trabalho de preservação e divulgação da trajetória e da memória da cidade. Mais recentemente, a partir dos anos 1990, um conjunto de estudos acadêmicos, não apenas na área de história, elegeram a cidade como seu objeto privilegiado de estudos. Constituem duas formas de instituição da memória da cidade. Assumidamente distintas, na medida em que a produção dos memorialistas atua no terreno da construção de uma imagem geral do passado da cidade e da preservação de suas tradições e identidade. A historiografia acadêmica se define no terreno da ciência. Embora a primeira se encare, tanto quanto a segundo, como agente da verdade. Entretanto, a produção memorialística é anterior a acadêmica, mas em

termos absolutos. Na realidade, em muitos casos foram realizados paralelamente à pesquisa acadêmica, mas fora da universidade e de outros esquemas institucionais, por pesquisadores na sua maioria autodidatas. Produção heterogênea e assistemática que constitui fonte e uma referência importante para a história da cidade. Pelas informações que contém, mas também pelo que representa em termos de um certo tipo de memória que se foi construindo sobre Campinas.

Não nos referimos aqui aos testemunhos deixados por viajantes que passaram pela cidade e sobre ela escreveram suas impressões, principalmente ao longo do século XIX. Nesse caso, tais escritos poderiam ser classificados sobretudo como fontes para a história da cidade. Quando pensamos nos autodidatas e nessa produção assistemática de escritos, estudos sobre o passado da cidade, estamos pensando numa produção que ocupa um campo intermediário entre as fontes de um lado e a historiografia acadêmica de outro.

A avaliação e a classificação dos escritos que compõem esse campo intermediário não é tarefa das mais fáceis, em função de sua diversidade, e deve ser criteriosa. Ao chamá-lo de “campo intermediário” estamos necessariamente pensando a partir da perspectiva da produção universitária, ou seja, o critério aqui é institucional, e indiretamente vinculado ao um certo conceito a respeito do que seja a ciência histórica elaborada nos centros de pesquisa acadêmicos. Outros critérios são possíveis, como as linhas interpretativas, ou as dimensões políticas e ideológicas dos discursos que instituem a memória da cidade. O critério institucional se justifica, entretanto, na medida em que nosso problema refere-se ao impacto que tal produção teve nas abordagens acadêmicas, mas não dispensa outras perspectivas de avaliação, pois julgamos fundamental pensarmos justamente a natureza desse impacto.

O conjunto da produção, entretanto, ainda não foi submetida a uma avaliação mais criteriosa. Na verdade, nem mesmo o conjunto da produção propriamente historiográfica foi. Esse deve ser o objetivo de uma área do conhecimento histórico que nos últimos anos vem assistindo um expressivo avanço, fora e dentro do Brasil, que é a área de estudos historiográficos. Trata-se de uma tentativa do historiador submeter o fruto de suas pesquisas, escolhas, análises, reflexões e escritos a uma avaliação propriamente histórica. A história da história representa uma dimensão do ofício do historiador cuja expansão, como defende Francisco Iglesias, reflete a consolidação dos estudos históricos, mas, por outro lado, é também condição de amadurecimento e abertura de novos horizontes de pesquisa e conhecimento (IGLÈSIAS, 2000).

No caso específico dos trabalhos realizados pelos historiadores campineiros a ausência dessa avaliação pode provocar e tem de fato provocado alguns problemas no que diz respeito à escolha de temas de pesquisa e principalmente na definição das perspectivas básicas de estudo e análise de aspectos da história da cidade. Este não é um problema específico dos historiadores, atinge igualmente outras áreas do conhecimento como a arquitetura e a economia, afeta aquilo que o conhecimento histórico tem de mais específico, ou seja, a definição dos critérios fundamentais de reconstituição e análise de uma dada realidade humana. Inúmeras são as definições da palavra história, entendida aqui como um certo domínio do saber. Em geral nos remetem ao campo de seus objetos: a duração, o homem e a sociedade no tempo, o passado, etc. No entanto, deveríamos levar em conta, especialmente, suas formas típicas de abordagem e as especificidades como formação discursiva. Quando Paul Veyne nos provoca dizendo que a história nada mais é do que uma narrativa de “*fatós reais que tem o homem como ator*” e que é assim desde Tucídides até Marc Bloch, não estaria nos lembrando que apesar das mudanças de estilos, métodos, técnicas, teorias, explicações, aquilo que permanece como característica distintiva do trabalho do historiador é a intenção de compor narrativas que reconstituem aspectos da ação humana, e que a reconstituição não é a mesma coisa que reconstrução e que por isso deve seguir critérios explícitos ou não de seleção e arranjo dos eventos? (VEYNE, 1998). Neste sentido, cabe a pergunta: valendo-se de que critérios a história de Campinas vem sendo reconstituída e em que medida os escritos dos memorialistas influenciaram na montagem e perpetuação desses critérios.

.Os escritos sobre o passado da cidade realizados por autores como Rafael Duarte, Leopoldo Amaral, Jolumá Brito, Celso Pupo, Júlio Mariana, entre outros, não compõem um conjunto desconexo de fatos, idéias, representações, mas definem uma certa tradição, ou seja, resultam de um processo de seleção e organização com o propósito de garantir a continuidade, sua transmissão e sua preservação. Devem ser estudados com o objetivo de explicitarmos as referências a partir das quais tal visão da cidade foi sendo elaborada e transmitida, pois vão muito além de um simples registro ou de um relato dos acontecimentos colados na sequência temporal dos mesmos.

Sem dúvida, os escritos incluídos nesse universo organizam-se segundo uma intenção explicativa dependente da estrutura narrativa, ou seja, os fatos anteriores explicam os posteriores. Nesse sentido, a seleção dos acontecimentos orienta-se pela lógica do arranjo, ou seja, da sua posição no interior da narrativa. Mas estão inseridos na dimensão da temporalidade e é esta que permite a operação de atribuição de sentido. A falta de

homogeneidade dos acontecimentos selecionados e sua unicidade não comprometem a unidade do discurso na medida que seu sentido vem de fora, a fonte de sua inteligibilidade é externa a eles. São índices de um processo evolutivo inscrito nas coordenadas do tempo. Os acontecimentos são selecionados na medida em que se adequam aos critérios definidos previamente, como indicadores de mudanças e das etapas de mudanças. Mas não é qualquer movimento de mudança, mas entendida essencialmente como progresso material, enriquecimento. A história que se conta nestes escritos é aquela de como os homens agiram, pensaram e sentiram no interior de um processo de aperfeiçoamento contínuo, organizado em etapas bem definidas e cujo motor seria o desenvolvimento tecnológico. A origem mais direta dessa visão Josep Fontana encontra na chamada vertente escocesa do iluminismo e nas histórias nacionais do séc. XIX (FONTANA, 2004). Neste último caso, teríamos uma influência marcante das concepções gestadas no interior do Instituto Histórico e Geográfico que, em São Paulo especificamente, desenvolveu uma visão regionalista em que o Estado de São Paulo aparece como o responsável pelo dinamismo e progresso de toda a nação.

Além disso possuem um conjunto de características que poderiam ser resumidos em torno dos seguintes pontos: 1-Elitismo. Trata-se de uma visão calcada na idéia de que os indivíduos especiais constituem o agente absoluto da história. Representam, nesse sentido, exemplos de conduta e objetos de admiração. 2-Anacronismo. Tomar a região a partir de suas dimensões espaciais, entendendo que todas as ocorrências daquele espaço fazem parte necessariamente da história da cidade. 3-Progresso como sentido natural da temporalidade. 4-Conservadorismo, ou seja, não se trata de evitar ou bloquear o processo de inovações mas integra-lo nas estruturas já definidas. 5- Tom apologético ou exaltação do progresso como sempre positivo desde que não ameacem a tradição. 6-Fixação em alguns temas e aspectos da realidade: fundação, instituições (igreja, hospitais, etc).

O trabalho que é uma síntese dessa visão é “Monografia Histórica do Município de Campinas”. Texto publicado em 1952 e que pretendia “dar aos cidadãos campineiros, e a todos os municípios do Brasil, documental e fotograficamente, um transunto, o quanto pudesse fiel, da história de Campinas” (p.8). Pretendia sobretudo, construir sobre Campinas “uma imagem de sua grandeza imorredoura, a da alma e a do espírito de sua gente, que se revê também na frágua dos trabalhos materiais com que a cidade de D. Néri e de D. Barreto nos cativa, nos fascina e nos encanta” (p.9). Isto porque a cidade sugiu de um espírito específico: “A fundação de Campinas pode ser considerada um acidente, ou melhor dizendo, um episódio da grande odisseia bandeirante” (p.5)

O momento privilegiado dessa produção ocorre nos anos 60 até início dos anos 70, momento de um debate a respeito da data correta da fundação da cidade, que culmina com as comemorações do bicentenário em 1974.

A existência de um conjunto de escritos antes das obras dos historiadores profissionais trouxe algumas vantagens e facilidades, mas também problemas e armadilhas. Na falta de uma classificação melhor estamos chamando-os aqui memorialistas ou de cronistas. Que contribuição deram? Essa é a questão central. Sem pretender avançar nas classificações propostas por White quanto às maneiras de explicação dos sentidos de tal arranjo do acontecer humano, podemos apontar algumas características importantes nos textos que estamos mencionando. Por que nossa hipótese é a de que o conjunto dessa produção acabou cristalizando um certo esquema de reprodução da memória da cidade. Definiram, de certa forma, os eixos básicos a partir dos quais a história de Campinas passou a ser contada. Deram forma à sua trajetória, estabeleceram períodos, rupturas, marcos temporais. Definiram um critério de reconstituição e uma estrutura factual. Critério e estrutura incorporados pela historiografia acadêmica posterior de maneira quase que automática, ou seja, sem uma avaliação crítica de sua procedência e implicações.

Vamos olhar para o conjunto dos escritos mais recentes. Há uma evidente concentração de trabalhos preocupados em tematizar a segunda metade do século XIX. No centro das preocupações estão os imigrantes, das mais diversas nacionalidades, as obras de melhoramentos urbanos, as novas instituições, os palacetes dessa nova aristocracia do café, as ferrovias, etc. No centro está uma cidade que se moderniza e progride de maneira acelerada na passagem do século XIX para o XX. O que nos interessa particularmente é essa imagem da cidade. Quem a formulou e fixou na nossa memória dessa maneira?

Não há historiador que não tenha se preocupado com as relações sempre complexas entre memória e história. Por que a memória é essa instituição social fundadora da própria sociedade. Causa e efeito da sociedade e da identidade humana. Por outro lado, a história é esse domínio do saber ao mesmo tempo que forma específica de realização da memória social num momento dado de uma dada sociedade. A História institui a memória ao mesmo tempo que apresenta-se e reivindica-se como discurso crítico, revisor da própria memória. Este papel os historiadores de Campinas devem enfrentar com mais sistematicidade. Daí a importância crescente de uma área como a de historiografia. Lugar específico dessa reflexão analítica e questionadora. Reflexão sem a qual o próprio avanço do conhecimento histórico ficaria comprometido.

O exemplo acima permite-nos apontar algumas questões mais gerais a respeito da relação entre história e memória. Deve-se, inicialmente, distinguir o conceito geral de memória de suas formas específicas de realização, dos seus veículos. Como tem insistido Ulpiano Menezes a memória é um processo de “trabalho” das e sobre as lembranças cujo dinamismo se atrela às demandas do presente (MENESES, 1992: p.9-23). Mas é, sobretudo, meio ou mecanismo de relação entre passado e presente. Como tal devemos distingui-la de suas formas concretas: os mitos, as lendas, as tradições orais e escritas, e a história. A história, nesse sentido, é uma maneira de se estabelecer a memória coletiva e que atende demandas específicas da nossa sociedade, a sociedade ocidental. Sendo a história uma forma específica de constituição da memória o problema da relação entre memória e história deve ser pensado em termos de relação da história com as outras formas de instituição da memória coletiva. Tradicionalmente a história foi vista como guardiã da memória dos grandes feitos impedindo que caíssem no esquecimento, tal como aparece na formulação clássica de Homero em suas “Histórias”. Em termos modernos podemos considerar o antropólogo Maurice Halbwachs como um marco de uma separação ou pelo menos diferenciação mais nítida entre memória e história, ou seja, a memória coletiva resultaria de uma construção social enquanto a história escrita pelos historiadores se enquadraria no campo do conhecimento científico e objetivo. Mais recentemente, entretanto, consolida-se uma tendência no sentido de diminuir as distâncias entre memória e história apontando o quanto existe de determinação social no pensamento do historiador (BURKE, 2000: 71). O risco, nesse caso, é a eliminação das diferenças e a perda das características e funções específicas de ambas (MENEZES, 1992).

De qualquer maneira, a memória, nos seus diferentes suportes, não pode ser satisfatoriamente compreendida destacada de uma outra dimensão, ou seja, do estatuto do passado numa determinada sociedade, ou aquilo que Eric Hobsbawm certa vez denominou “o sentido do passado” (HOBSBAWM, 1998). Expressão que não deixa ter uma certa proximidade com a de “mentalidade histórica”, tal como define Jacques Le Goff (GOFF, 1996: 17-166). O conceito, ou noção, de mentalidade já foi suficientemente criticado e tais críticas são extensivas á noção de “mentalidade histórica”. O pressuposto de um universo imaginário geral e envolvente, destacado e imune às determinações sociais, parece não ter mais sustentação. De qualquer maneira, a melhor solução não parece ser o abandono puro e simples da noção. Como costuma-se dizer: não se deve jogar fora a criança junto com a água suja do banho. Particularmente interessante são os argumentos de Michel Vovelle e a

tentativa de identificar pontos de articulação entre mentalidades e ideologia (VOVELLE, 1987).

Referências Bibliográficas

- BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- MENESES, Ulpiano T. Becerra de. A história, cativa da memória?. Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, 34:9-24, 1992.
- FONTANA, Josep. História dos homens. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- GLENISSON, Jean. **Iniciação aos estudos históricos**. São Paulo: Difel, 1983.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HOBBSAWM, Eric. O sentido do passado. In: **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.22-35.
- IGLÉSIAS, Francisco . **Historiadores do Brasil**: capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte, MG:UFMG, IPEA, 2000.
- LE GOFF, Jacques. História. In: **História e memória**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1996, p.17-166.
- MONOGRAFIA HISTÓRICA DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1952.
- VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- WHITE, Hayden. **Meta-história**. São Paulo: Edusp, 1995.
- VEYNE, Paul . **Como se escreve a história**. Brasília: Editora UNB, 1998